

Estudo de indicadores para empreendimentos cooperativos

Luís Fábio Cruz (COPPE/UFRJ) lfabio@oi.com.br

Resumo

O presente trabalho insere-se no campo de estudo da economia solidária e busca realizar uma comparação entre indicadores de avaliação de cooperativas que têm sido recentemente utilizados. Tomando como referência os instrumentos de avaliação de cooperativas levantados pela pesquisa intitulada Avaliando o desempenho das cooperativas: uma contribuição para a consolidação dos indicadores, apresentamos aqui alguns dados resultantes dessa pesquisa.

Palavras-chave: Cooperativismo, Economia solidária, Indicadores.

1. Introdução

O cooperativismo vem adquirindo uma crescente importância tanto no cenário social quanto no cenário econômico brasileiro. Por um lado, é visto como uma forma de proporcionar a inclusão social da população excluída através da geração de trabalho e renda. Por outro, por meio de uma ação conjunta, proporciona aos pequenos e médios produtores ou prestadores de serviços condições para enfrentar as grandes empresas. Deste modo, as cooperativas devem atender às necessidades dos associados sob dois aspectos – o econômico e o social.

Entretanto, nem sempre constatamos nos empreendimentos o equilíbrio entre tais aspectos. Exemplo disso, são as cooperativas que atuam como uma empresa privada. Nelas não existe autogestão nem distribuição igualitária das sobras. Presenciamos a figura do “dono” do empreendimento, enquanto que os demais cooperativados se submetem a precárias condições de trabalho, ou por desconhecerem o verdadeiro conceito de cooperativa, ou pela necessidade daquele posto de trabalho para manutenção de seu sustento. Neste caso, o “proprietário” se beneficia, indevidamente, no que diz respeito às obrigações trabalhistas e tributárias, uma vez que, apesar de atuar como empresa, legalmente o empreendimento é uma cooperativa.

Outra situação bastante frequente no cooperativismo se refere ao fato das grandes cooperativas, via de regra, se afastarem dos princípios que regem o cooperativismo. Exemplo disso é o caso das grandes cooperativas agropecuárias, onde produtores se unem para gerar ganho de escala na produção. A questão é que tais produtores são empresários do ramo agropecuário, os quais atuam de forma a reproduzir o modelo tradicional de empresa privada.

Por outro lado, existe também um outro cooperativismo: a forma através da qual algumas instituições promovem a inserção de pessoas em situação de risco social – é o chamado cooperativismo popular. As instituições que fomentam esse tipo de iniciativa são de natureza diversa: os órgãos governamentais, as organizações não-governamentais, as agências doadoras e financiadoras de cooperação internacional, as universidades, instituições religiosas, dentre outras. Entretanto, devido à limitação dos recursos destinados ao apoio a tais iniciativas, essas instituições têm demonstrado uma grande preocupação em saber até que ponto os investimentos realizados estão produzindo os efeitos esperados para os beneficiários do empreendimento.

A partir dos diversos tipos de cooperativas existentes, conforme apontamos acima, surge a demanda por mecanismos de avaliação de tais empreendimentos que forneçam subsídios para

analisarmos se, e até que ponto, as cooperativas vêm, de fato, cumprindo seu papel, no sentido de preservar sua essência solidária.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o resultado da pesquisa de levantamento de instrumentos de avaliação de cooperativas e seus indicadores (CRUZ, 2005). Tal estudo se baseou na análise de três instrumentos de avaliação de cooperativas recentemente elaborados por instituições distintas e comparou os indicadores propostos, possibilitando sua análise quanto a adequabilidade para avaliar diferentes tipos de cooperativas.

2. A economia solidária

Singer (2003, p.116) define a economia solidária como uma forma de organização de produtores, consumidores ou poupadores que apresenta duas características principais: “(a) estimulam a solidariedade entre membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos”.

Pudemos observar o adormecimento da economia solidária durante o período em que o capitalismo foi capaz de proporcionar boas condições de vida a grande parte de trabalhadores ligados principalmente às atividades industriais, especialmente no período pós-Segunda Guerra, caracterizando o chamado Estados de Bem-estar Social. Entretanto, o agravamento de problemas associados à expansão do capitalismo propiciou a busca por um meio de vida mais justo.

Sousa Santos e Rodríguez (2002) destacam como sendo os principais deles: (a) a crescente desigualdade socioeconômica, onde é cada vez maior a distância entre ricos e pobres; (b) o desequilíbrio na relação patrão–empregado na esfera do mundo do trabalho; (c) a polarização nas relações internacionais pelas nações de economia central em detrimento das de economia periférica, aumentando a dependência e a subordinação que ameaça a soberania das últimas; e, mais recentemente, (d) a exploração crescente dos recursos naturais, principalmente pelas grandes empresas transnacionais, que ocorre em nível global e que provoca desequilíbrio ecológico.

3. A doutrina cooperativista

Não podemos deixar de ressaltar que, segundo Singer (ibid.), a cooperativa é a forma clássica de organização dos empreendimentos da economia solidária e pode ser definida como “uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida” (ACI apud SCHMIDT & PERIUS, 2003, p. 63).

Na sua essência, a dimensão econômica do cooperativismo deve ser desenvolvida tomando-se como base o trabalho e a ajuda mútua, não apenas o lucro, a competição e a concorrência, como ocorre numa empresa capitalista. Tampouco deve permitir o acúmulo de capital de poucos através da exploração do trabalho da grande maioria. Além disso, o cooperativismo deve promover mecanismos que permitam o acesso do grupo à educação, proporcionando também o desenvolvimento social do associado. Em suma, a cooperativa pode ser um meio de sobrevivência capaz de integrar plenamente o bem estar social e econômico, bem como uma forma alternativa de se pensar a relação do homem com o próximo e com o trabalho. Possivelmente, esse é um dos motivos pelos quais o cooperativismo encontra-se disseminado pelo mundo, atuando em diversos setores econômicos e sociais.

Sousa Santos e Rodríguez (ibid.) apontam quatro razões fundamentais que tornam propícia a retomada do crescimento e a sustentabilidade dos empreendimentos cooperativos face às

condições econômicas e políticas contemporâneas. Primeiramente, os autores ressaltam a capacidade que as cooperativas possuem de atuar em uma economia de mercado comercializando produtos e serviços, moldando-se, de certo modo, ao modelo hegemônico de empresa, mesmo sendo um empreendimento solidário.

Em segundo lugar, temos o fato de, nas cooperativas, os trabalhadores serem os próprios sócios do empreendimento. Isso seria um estímulo econômico e moral para maior dedicação ao trabalho, grandando também a diminuição do custo com a supervisão das atividades desempenhadas pelos trabalhadores.

Uma outra vantagem das cooperativas está no fato dos trabalhadores serem diretamente os beneficiários do empreendimento. Esta forma de distribuição igualitária da remuneração estimula o crescimento econômico e diminui os níveis de desigualdade, pois no empreendimento deve haver certos limites na diferença entre a maior e a menor remuneração.

Finalmente, os autores citam o efeito emancipatório das cooperativas que, devido a sua forma democrática de gestão, estimulam a participação cidadã dos membros e da comunidade na qual esteja inserida, o que não ocorre nos empreendimentos capitalistas, que, normalmente, possuem uma estrutura hierárquica pouco (ou nada) participativa.

4. Os princípios do cooperativismo

Os valores preconizados pela doutrina cooperativista são expressos a partir de algumas regras que buscam viabilizar simultaneamente os aspectos sociais e econômicos dos empreendimentos cooperativos – são os chamados princípios do cooperativismo.

Atualmente, a ACI (Aliança Cooperativa Internacional) é a instituição responsável pela regulamentação dos princípios universais que devem nortear as ações das cooperativas, de forma que os válidos atualmente são os descritos a seguir.

- a) Adesão voluntária e livre: as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política, religiosa e de gênero;
- b) Controle democrático pelos membros: as cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus sócios que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação (um sócio, um voto); as cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática;
- c) Participação econômica dos membros: os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Usualmente, os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras aos seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, possibilitando a formação de reservas, parte dessas podendo ser indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios;
- d) Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua controladas por seus membros. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, devem fazê-lo de forma a preservar seu controle democrático pelos sócios e manter a sua autonomia;
- e) Educação, formação e informação: as cooperativas proporcionam educação e formação aos seus membros, dirigentes eleitos e administradores, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação;

- f) Cooperação entre cooperativas: as cooperativas atendem a seus membros mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais;
- g) Preocupação com a comunidade: as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país através de políticas aprovadas por seus membros. (VEIGA; FONSECA, 2001, p. 43-46)

5. Indicadores para o cooperativismo

Wautiez et al. (2003, p. 177) definem indicador como sendo “um conjunto de dados que possibilita simplificar, medir, comparar e comunicar informação, possibilitando visualizar o comportamento dos agentes ou dos sistemas”.

Valarelli (2003) chama atenção para o fato de que os indicadores não encontram um fim em si mesmos. Estão sempre relacionados a um contexto social que se toma como objeto de análise, os quais busca-se compreender ou avaliar. Mesmo o processo de escolha dos indicadores e a forma como serão construídos já expõem certas especificidades daquele contexto. Especificidades estas que se manifestam a partir dos valores e das intenções subjacentes aos aspectos abordados pelos indicadores propostos. O autor nos alerta também quanto à relação dialógica erigida a partir da interação entre os vários atores que podem estar envolvidos na questão – no caso de projetos sociais, por exemplo: gestores, população beneficiária, financiadores, governos, sociedade civil, dentre outros. É importante ressaltar, no entanto, que os indicadores apenas “indicam”, mas não “são” a realidade, por mais que possam se aproximar dela. Não se pode deixar de ter em mente que os indicadores são parâmetros, marcas ou sinais.

Apesar do crescimento da cultura das avaliações e dos indicadores, é possível perceber que, no caso dos empreendimentos solidários, como são as cooperativas, essa cultura ainda é incipiente, ou, quando existe, muitas vezes presenciamos a mensuração do desempenho de tais empreendimentos baseada em uma abordagem economicista e mecânica. Por essa razão, o debate acerca da avaliação dos empreendimentos solidários deve contemplar a discussão sobre quais seriam os parâmetros adequados para balizar tal análise, de forma que não conduzissem a uma visão equivocada da realidade. Em suma, num processo de avaliação de empreendimentos solidários, como em qualquer outro processo avaliativo, será crucial a escolha dos indicadores de modo a contemplar o interesse de todos os sujeitos envolvidos.

6. Instrumentos de avaliação de cooperativas

Face ao que foi dito acima, a pesquisa intitulada *Avaliando o desempenho das cooperativas: uma contribuição para a consolidação dos indicadores* (CRUZ, 2005) se propôs a realizar a análise de três instrumentos de avaliação de cooperativas os quais são baseados em diferentes indicadores elaborados para este fim. Os instrumentos de avaliação aos quais nos referimos são os apresentados abaixo:

6.1. O Balanço Social das Cooperativas

O Balanço Social das Cooperativas é um instrumento de avaliação de cooperativas que foi elaborado pela ONG IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). Lançado no ano de 2004, o referido instrumento apresenta três objetivos principais. O primeiro deles é dar maior transparência às ações dos empreendimentos, coibindo principalmente a atuação das cooperativas fraudulentas, pois, ao divulgarem o seu balanço, será possível verificar se suas práticas estão coadunando com os princípios do cooperativismo. Além disso, é também objetivo deste balanço servir com instrumento de avaliação de desempenho do empreendimento, uma vez que o mesmo deve ser preenchido com uma periodicidade anual,

permitindo a comparação dos resultados obtidos no período. Finalmente, o Balanço Social das Cooperativas tem ainda como objetivo oferecer parâmetros relativos ao cumprimento dos princípios do cooperativismo para os diversos atores que interagem com as cooperativas. Clientes, fornecedores, órgãos públicos e as instituições fomentadoras poderão se basear nesse documento para obter informações a respeito das ações por elas praticadas.

O instrumento é composto por um conjunto de indicadores que abordam diversos aspectos das cooperativas – o seu corpo funcional, a sua forma de organização e de gestão, a sua situação econômica, as questões sociais internas e as externas.

6.2. A pesquisa Iniciativas Autogestionárias no Rio Grande do Sul

Trata-se de uma pesquisa realizada através da parceria entre duas instituições – a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias) e o IBASE –no ano de 2001. O estudo se concentra no comportamento dos trabalhadores das empresas autogestionárias, especialmente das oriundas de processo de falência, aonde os então empregados se vêm obrigados a assumir novas funções dentro da organização. Desse modo, os principais objetivos da pesquisa foram “[1] avaliar o impacto dos aspectos organizativos/institucionais da empresa de autogestão no comportamento dos trabalhadores e [2] qualificar as eventuais mudanças de comportamento verificadas” (IBASE & ANTEAG, 2004, p. 15).

A instituição da autogestão no empreendimento indica que o trabalhador, além de desempenhar seu papel no processo de produção, deve também ter um papel central na gestão do negócio. Entretanto, o exercício das novas competências do trabalhador deve estar embasado em uma postura diferenciada da praticada no modelo anteriormente vigente – centralizado e hierárquico. As mudanças necessárias ao estabelecimento de um empreendimento verdadeiramente autogestionário (ou seja, cooperativo e participativo) estariam vinculadas primordialmente a duas esferas da autogestão: à esfera institucional e à esfera comportamental.

A partir dos aspectos estabelecidos para avaliar a autogestão dos empreendimentos – aspectos institucional e comportamental –, erigiu-se dois grupos de indicadores cujas variáveis pudessem dar conta de apreender seu grau de cooperação e de participação.

6.3. O Sistema de Indicadores de Monitoramento e Avaliação para Incubação de Cooperativas (SIM-IncubCoope)

Criado a partir da demanda do programa social Oportunidade Solidária da Prefeitura Municipal de São Paulo, o SIM-IncubCoope é um sistema de indicadores de avaliação desenvolvido pela equipe técnica da Incubadora de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ. Trata-se, na verdade, de um instrumento de gestão de incubadoras e de cooperativas populares que apresenta três objetivos principais: O primeiro visa atender a necessidade das instituições públicas que, devido ao investimento realizado na incubadora, exigem conhecer a relação “custo – benefício” do capital aplicado, ou seja, o sistema seria um instrumento de prestação de contas perante tais instituições.

O segundo objetivo diz respeito à necessidade de se conhecer em que medida o processo de incubação tem conseguido cumprir o seu propósito (promover a inclusão social e gerar renda aos associados), mostrando através dos indicadores os aspectos que têm sido bem sucedidos e os que não têm dado certo, a fim de, neste último caso, buscar a melhoria do seu desempenho.

Finalmente, é objetivo também do SIM-IncubCoope permitir que a própria cooperativa incubada conheça seus pontos fortes e fracos, tanto do ponto de vista econômico quanto do social. Segundo a equipe de incubação da ITCP/COPPE/UFRJ, a expectativa é de que, no

futuro, a própria cooperativa possa utilizá-lo, realizando, assim, uma auto-avaliação.

Os indicadores do SIM-IncubCoope foram elaborados tomando-se como referência dois eixos de análise, assim designados:

- Eixo do empreendimento – é o objeto sobre o qual se realizam as intervenções durante o período de incubação, ou seja, compreende as cooperativas, propriamente ditas, e os negócios inerentes a elas.
- Eixo do indivíduo – são as pessoas atendidas por meio do processo de incubação. Compreende os membros associados ao empreendimento cooperativo.

7. Análise comparativa dos indicadores estudados

Após o estudo dos indicadores propostos por cada um dos instrumentos de avaliação de cooperativas citados anteriormente – Balanço Social das Cooperativas, pesquisa Iniciativas Autogestionárias no Rio grande do Sul e Sistema de Indicadores de Monitoramento e Avaliação para Incubação de Cooperativas (SIM-IncubCoope) –, foi possível realizar a comparação de alguns aspectos presentes (ou não) no escopo de cada um deles. A fim de ressaltar os pontos de convergência ou de divergência porventura existentes entre eles, elaborou-se um quadro comparativo que analisa os referidos instrumentos sob nove aspectos, os quais consideramos ser características relevantes para um instrumento de avaliação de cooperativas.

Aspecto observado	Balanço Social das Cooperativas	Iniciativas Autogestionárias no RS	SIM-IncubCoope
Adequação para avaliar cooperativas populares	●	●●●	●●●
Adequação para avaliar grandes cooperativas	●●●	×	×
Abordagem social	●●	●●●	●●●
Abordagem econômica	●●●	×	●●●
Simplicidade de aplicação	●●●	●	●
Viabilidade econômica para aplicação	●●●	●●	●
Utilização de índices agregados	×	×	●●●
Participação do grupo no processo de avaliação	×	●●●	●●●
Foco nos princípios do cooperativismo	●●●	●●●	●●●

Legenda: ●●● Grau forte ●● Grau médio ● Grau fraco × Não apresenta

Fonte: Cruz (2005)

Quadro 1 – Comparação de atributos dos instrumentos analisados

O primeiro aspecto apontado, leva em consideração a adequabilidade do instrumento para avaliar cooperativas populares. Um dos motivos para considerarmos o Balanço Social das Cooperativas pouco adequado a esse tipo de avaliação é o fato de trabalhar com valores monetários absolutos para tratar de aspectos sociais, o que pode induzir algumas distorções,

uma vez que grandes cooperativas teriam a possibilidade de investir maior capital neste tipo de ação. Por outro lado, as cooperativas populares, devido à limitação dos recursos financeiros, seriam menos solidárias do que as outras, se observadas por este prisma. Quanto aos outros instrumentos (a pesquisa Iniciativas Autogestionárias e o SIM-IncubCoope), por terem sido criados justamente para avaliar empreendimentos essencialmente solidários, prestam-se melhor a este fim.

Quando o foco passa a ser as cooperativas de maior porte, o quadro se inverte. Pelos mesmos motivos citados acima, podemos inferir que os indicadores da pesquisa Iniciativas Autogestionárias e do SIM-IncubCoope simplesmente não podem ser aplicados a esse tipo de empreendimento, pois os associados não têm como fim a prática da autogestão ou a inclusão social, por exemplo. Já o Balanço Social das Cooperativas é perfeitamente aplicável a tais cooperativas, pois possibilita a comparação das ações por elas praticadas.

Passando a analisar em que medida os indicadores apresentados valorizam o aspecto social, tanto do empreendimento, quanto do indivíduo, podemos considerar que o Balanço Social das Cooperativas, mesmo com abordagem quantitativa, o leva em consideração. Entretanto, tal aspecto é mais bem explorado nos outros dois instrumentos, os quais consideramos com uma forte abordagem social.

Com relação à abordagem econômica realizada pelos referidos instrumentos, a pesquisa Iniciativas Autogestionárias não objetivou avaliar este quesito dos empreendimentos, logo não permite tal análise. Já os outros dois podem ser considerados válidos nesse sentido, uma vez que investigam a situação econômica tanto da cooperativa, quanto dos indivíduos a ela vinculados.

Um outro atributo que julgamos importante para um instrumento de avaliação é a sua simplicidade de aplicação, uma vez que, em determinadas cooperativas, o baixo nível de instrução pode comprometer o processo. O Balanço Social das Cooperativas é, sem sombra de dúvidas, o mais simples de todos, pois se resume em um único formulário que expressa a situação do empreendimento. Quanto à pesquisa Iniciativas Autogestionárias e ao SIM-IncubCoope, consistem em uma ampla aplicação de questionários e posterior tratamento das informações coletadas, o que torna o processo de avaliação bastante complexo.

Acreditamos que, no que se refere à viabilidade econômica para sua aplicação, cada um dos instrumentos apresenta comportamento distinto. O Balanço Social das Cooperativas é o que oferece menor custo. Já a pesquisa Iniciativas Autogestionárias foi classificada num nível intermediário, pois a metodologia empregada demanda pessoal para aplicar os questionários e realizar as dinâmicas, além de despesas menores com material e equipamentos (microcomputador, por exemplo). Quanto ao SIM-IncubCoope, é o que demanda maiores recursos. A necessidade de entrevistar todos os indivíduos associados à cooperativa, a inserção dos dados em microcomputadores e a necessidade de acesso prolongado à Internet são os principais aspectos que podem inviabilizar sua aplicação.

Um aspecto diferencial do SIM-IncubCoope, em relação aos outros instrumentos, é o uso de índices agregados. Os índices tornam a avaliação mais palpável, facilitando a verificação dos resultados alcançados pela cooperativa.

No que se refere à participação do grupo no processo de avaliação, observamos que ela não ocorre no caso do Balanço Social das Cooperativas. O instrumento é preenchido por um ou alguns membros dirigentes do empreendimento, o que pode não expressar, necessariamente, a opinião dos demais associados. A pesquisa Iniciativas Autogestionárias e o SIM-IncubCoope, por sua vez, dão enfoque muito mais participativo à construção dos indicadores para a avaliação.

A única unanimidade verificada foi no sentido de que todos os instrumentos analisados estão fundamentados nos princípios do cooperativismo, embora realizem abordagens diferenciadas.

8. Conclusão

Após a comparação de diferentes atributos dos três instrumentos de avaliação de cooperativas analisados, podemos afirmar que todos cumprem seu papel enquanto ferramenta de avaliação.

Entretanto, essa questão suscita uma discussão ainda mais ampla e complexa. Trata-se da necessidade de reconhecer a diversidade existente entre os empreendimentos cooperativos, uma vez que eles estão longe de apresentar características homogêneas.

No que se refere a indicadores para avaliação de cooperativas, o problema maior reside na impossibilidade de reunir em um mesmo instrumento elementos que sejam capazes de se adequar às diferentes realidades existentes no cooperativismo. Por este motivo, qualquer dos instrumentos que se proponha a avaliar cooperativas sem levar em consideração a diversidade existente, correrá sempre o risco de cometer erros e distorções.

Não por um acaso, presenciamos, atualmente, o polêmico embate entre os que defendem o reconhecimento do cooperativismo popular em contraposição a uma outra corrente, a do cooperativismo oficial (onde estão presentes as grandes cooperativas), a qual se recusa a reconhecer outras subcategorias de cooperativas. É evidente que existe também, no interstício desses dois extremos, empreendimentos de diversos portes que ora se assemelham mais a este, ora mais àquele tipo de cooperativa. No entanto, a prática tem revelado que alguns empreendimentos têm uma função social a cumprir no sentido de promover a inclusão dos seus membros – caso das cooperativas populares. Por outro lado, outras cooperativas agem com ênfase no aspecto econômico. Seus membros não se encontram em situação de risco como no primeiro caso, mas atuam coletivamente objetivando unicamente maximizar seus investimentos no empreendimento.

Referências

- CRUZ, Luís Fábio (2005) - *Avaliando o desempenho das cooperativas: uma contribuição para a consolidação dos indicadores*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro.
- IBASE & ANTEAG (2004) - *Autogestão em avaliação*. São Paulo: ANTEAG Edições.
- SCHMIDT, Derli & PERIUS, Virgílio (2003) - Cooperativismo – cooperativa. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, p. 63–72.
- SINGER, Paul (2003) - Economia solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, p.116-125.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de & RODRÍGUEZ (2002) - *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- VALARELLI, Leandro Lamas (2003) - Um panorama sobre o estado da arte sobre indicadores. In: PASSOS, Carlos A. Krüger (Org.). *Indicadores, ONG's e cidadania: contribuições sociopolíticas e metodológicas*. Curitiba: Plataforma Contrapartes Novib. GT Indicadores, p. 50-56.
- VEIGA, Sandra Mayrink & FONSECA, Isaque (2001) - *Cooperativismo: Uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP&A / Fase.
- WAUTIEZ, Françoise; SOARES, Claudia L.B. & LISBOA, Armando de M. (2003) - Indicadores da economia solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, p.197-183.